

## 43ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

### Intervenção do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros no Segmento de Alto Nível, 24 de fevereiro de 2020

Senhora Presidente do Conselho de Direitos Humanos,  
Senhora Alta Comissária para os Direitos Humanos,  
Distintos colegas, Senhoras Embaixadoras e Senhores Embaixadores,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com grande honra que hoje intervenho neste Segmento de Alto Nível do Conselho de Direitos Humanos em **Português**, uma das línguas mais faladas no mundo, e que esperamos se torne língua oficial das Nações Unidas num futuro próximo.

Cumprimento a **Alta Comissária para os Direitos Humanos**, Michelle Bachelet, pelo modo como tem exercido as suas funções.

Os princípios da universalidade, imparcialidade, objetividade e não seletividade são pilares essenciais para a promoção e proteção dos Direitos Humanos e devem continuar a orientar o trabalho deste Conselho.

Senhora Presidente,

Começo por destacar os resultados do terceiro **Exame Periódico Universal de Portugal**, concluído em 2019, e agradecendo às 95 delegações que participaram ativamente no diálogo connosco.

O UPR é um instrumento fundamental para o diálogo construtivo entre Estados, permitindo-nos a todos aferir e melhorar a situação de direitos humanos. Portugal aceitou 231 das 245 recomendações recebidas, considerando-as essenciais para os esforços que desenvolvemos no sentido da plena realização dos direitos humanos no nosso país.

Em resultado do nosso primeiro Exame Periódico Universal, em 2009, foi criada a **Comissão Nacional para os Direitos Humanos**, que tem sido considerada como uma boa prática a nível internacional. Esta Comissão cumpre dois objetivos essenciais: articula entre todos os setores relevantes da administração pública e áreas governativas em matéria de direitos humanos; é uma plataforma de diálogo com a sociedade civil e organizações não governamentais.

Gostaria, em segundo lugar, de destacar o trabalho desenvolvido pelo **Grupo de Amigos sobre Mecanismos de Implementação, Reporte e Seguimento**, a que Portugal preside. Este grupo de 28 países realiza um importante trabalho na promoção e cooperação internacional de apoio a Mecanismos Nacionais de implementação, reporte e seguimento das recomendações emanadas do sistema internacional de direitos humanos.

Senhora Presidente,

2020 é um ano chave para a **promoção da igualdade de género e dos direitos das mulheres**. Celebramos os 25 anos da IV Conferência Mundial sobre a Mulher e da adoção da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim; e o 20.º aniversário da Resolução 1325 do Conselho de Segurança sobre Mulheres, Paz e Segurança. Aguardamos com elevada expectativa os resultados da 64.ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, que terá lugar no próximo mês de março, na qual iremos participar ativamente.

Portugal continua empenhado na promoção da igualdade de género e dos direitos das mulheres. A título de exemplo, foram realizadas alterações importantes no Código Penal Português que permitem punir eficazmente os crimes de violação e de abuso sexual e aprovadas medidas de combate à violência doméstica. Estamos, contudo, cientes do longo caminho que há ainda a percorrer nesta matéria.

A **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** completa também em 2020 o seu 5º aniversário. O respeito pelos Direitos Humanos está na génese da Agenda 2030.

Em 2020 assinalamos ainda o **75.º Aniversário das Nações Unidas**, ocasião para sublinhar a importância do multilateralismo.

Só através de mecanismos coletivos eficazes serão encontradas soluções comuns para problemas comuns.

Senhora Presidente,

Permita-me ainda algumas notas sobre outras temáticas que Portugal considera prioritárias na agenda de direitos humanos:

Portugal, país pioneiro e precursor na abolição da **pena de morte**, continua a pugnar pela sua eliminação definitiva. Este ano iremos novamente apoiar e promover a resolução bienal sobre a moratória à pena de morte, que será apresentada no Conselho de Direitos Humanos. Noutras sedes, como o Conselho da Europa e a OSCE, temos assumido igualmente uma postura ativa neste tema.

Portugal continua empenhado na luta contra a **Tortura** e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e, em novembro último, teve lugar um diálogo muito construtivo e aberto com o Comité relevante.

Também o Comité dos Direitos da Criança valorizou recentemente as alterações legislativas e medidas adotadas por Portugal. As **Crianças** são frequentemente as primeiras e mais vulneráveis vítimas de violações de direitos humanos. Em 2019, celebraram-se os 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança, um marco importantíssimo ao qual será dedicado o Painel de Alto Nível sobre *mainstreaming* de Direitos Humanos. Apesar dos progressos alcançados, muito há ainda a fazer no que respeita à proteção das crianças e aos seus direitos e à garantia das condições que permitam o seu pleno desenvolvimento.

Em 2019, 21 anos depois, Portugal organizou a segunda edição da Conferência Mundial de Ministros da **Juventude** “Lisboa+21”, na qual participaram cerca de 100 delegações de todo o mundo. A **Declaração de Lisboa+21** estabelece o compromisso de promover, proteger e cumprir os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos os jovens, integrando 19 princípios base para o seu futuro, entre os quais o desenvolvimento de programas que previnam a violência, especialmente contra jovens mulheres.

Consideramos que a garantia dos **Direitos Económicos, Sociais e Culturais** é da maior importância, nomeadamente ao acesso à **educação**, em qualquer fase da vida, e, sobretudo, em contextos de crise. A **Plataforma Global de Assistência Académica de Emergência a Estudantes Sírios**, uma iniciativa do

antigo Presidente da República Jorge Sampaio, procura garantir a prossecução de estudos superiores a jovens refugiados de países em crise, através de um Mecanismo de Reação Rápida. Portugal apoia este mecanismo e convida outros a fazê-lo.

Consideramos também fundamental o direito à saúde, particularmente as questões associadas à **Saúde Mental**. Portugal apresentará, nesta sessão do Conselho de Direitos Humanos, uma resolução que apela precisamente a uma abordagem humanista da saúde mental em detrimento de medidas intrusivas e coercivas. Esperamos poder contar com o vosso apoio.

Gostaria ainda de salientar a importância do trabalho desenvolvido pelos relatores especiais e permito-me mencionar os resultados positivos do atual mandato da Relatora Especial sobre a eliminação da discriminação contra pessoas afetadas pela **lepra** e membros das suas famílias. O combate ao estigma e à discriminação é uma questão essencial de direitos humanos que não deve ser ignorada, e condição essencial para conseguirmos finalmente erradicar esta doença.

Em todas estas áreas, consideramos relevante a participação e interação com a **Sociedade Civil** e com outros atores da cena internacional, identificando o diálogo com múltiplos interlocutores como uma das formas mais construtivas de realização de direitos humanos.

Senhora Presidente,

O mundo tem assistido a progressos muito importantes na realização de direitos civis e políticos, económicos, sociais e culturais, em África, na Ásia, na Oceânia, na Europa e nas Américas. Devemos evidenciar e valorizar estes progressos. Mas ocorrem ainda, infelizmente, muitas violações sistemáticas de direitos humanos em várias partes do mundo. No Mediterrâneo, no Médio Oriente, nos Territórios Palestínios Ocupados, na Líbia, no Sahel, na República Centro-Africana, na Venezuela, em resultado de crises de diferente natureza – humanitárias, políticas, militares – os direitos humanos são negados e violados. E refiro apenas, como exemplos, casos em que Portugal, no plano nacional ou no quadro da União Europeia, participa ativamente no apoio a soluções políticas e pacíficas que possam eliminar essas violações de direitos humanos. Esta é uma tarefa que nos deve mobilizar a todos.

Senhora Presidente,

A reflexão sobre a universalidade dos direitos humanos ultrapassa não apenas as fronteiras de espaço, mas também de tempo, devendo perspetivar o nosso compromisso para com as gerações futuras.

Ora, honrar o nosso compromisso para com a salvaguarda dos direitos das gerações futuras implica também proteger o planeta e os recursos naturais coletivos. Portugal irá coorganizar com o Quênia a **Conferência dos Oceanos, que terá lugar em Lisboa entre 2 e 6 de junho**. A conservação e a utilização responsável dos Oceanos, Mares e Recursos Marinhos são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do planeta.

Concluo, Senhora Presidente, reiterando o apoio de Portugal ao Conselho de Direitos Humanos. Fiéis à nossa tradição de estabelecer pontes, bem como aos princípios que defendemos e aos compromissos que assumimos, promoveremos, neste Conselho, o diálogo construtivo e inclusivo, considerando que a realização dos direitos humanos é um processo inacabado, que depende de todos, pelo que só coletivamente poderemos cumpri-lo.

Muito obrigado.